



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

SETEMBRO 2021

RELATÓRIO DE ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE



- ▼ PROJETO BRA/19/013 – Programa de Prevenção ao Crime e à
- ▼ Violência de Pernambuco – Produto 6

Apresentação

O “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco” tem como objetivo desenvolver conhecimentos e metodologias inovadoras, bem como ações-piloto voltadas ao fortalecimento da prevenção social ao crime e à violência no estado de Pernambuco, dando ênfase à promoção de espaços urbanos de qualidade e à integração da população mais vulnerável a esses espaços.

No âmbito desse programa, o Instituto Igarapé realiza a assessoria técnica, a partir da realização de um mapeamento de práticas promissoras na área de prevenção social ao crime e à violência, bem como da proposição de metodologia e estrutura para a implantação de um Observatório de Prevenção à Violência para o estado. Para isso, foram entregues seis produtos ao longo de 12 meses.

O presente documento, intitulado “Relatório de Sustentabilidade” objetiva apresentar os principais achados com a implementação do projeto-piloto de utilização de dados e informações coletadas em diferentes secretarias para definir os territórios prioritários de atuação da Secretaria de Prevenção. Essas informações foram levantadas ao longo do mapeamento realizado pela equipe do Instituto Igarapé para a elaboração do “Diagnóstico da Maturidade da Informação” (Produto 3.1) e ajustadas em um painel de indicadores, apresentadas no “Desenvolvimento do Painel de Indicadores” (Produto 5).

O projeto-piloto permitiu entender melhor quais são os principais desafios da política de prevenção que podem ser mitigados com a utilização de dados, bem como quais são aqueles que ainda precisarão de investimento do governo para possibilitar a implementação integral do Observatório de Prevenção Social ao Crime e à Violência.

Com objetivo de tornar o Observatório uma estratégia que perdure ao longo do tempo, serão apresentados neste documento as lições aprendidas, os investimentos técnicos necessários, os atores estratégicos que deverão fazer parte da iniciativa e quais as necessidades de qualificação e capacitação profissional, de modo a manter a equipe preparada e motivada para o desenvolvimento das ações. Assim, o gestor interessado em implementá-lo poderá entender o caminho a ser trilhado.

Projeto-Piloto: Principais Reflexões

A ideia de elaborar um Observatório de Prevenção Social ao Crime e à Violência surge da preocupação do estado com a inexistência de uma estrutura institucional que integre e articule todas as informações produzidas em âmbito estadual que são estratégicas para a política de prevenção.

O primeiro problema a ser enfrentado na política de prevenção à violência e à criminalidade de Pernambuco é ter informações amplas e desagregadas que auxiliem na tomada de decisão. Por esse motivo, o projeto-piloto do Observatório de Prevenção à Violência buscou ser um caso prático de como utilizar uma gama ampla de dados e informações para auxiliar a Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas a resolver uma questão central para sua atuação: “Quais territórios precisam ser priorizados dentro da política de prevenção ao crime e à violência?”. Saber quais locais precisam receber intervenções focadas é essencial para que a política alcance bons resultados.

Para isso, montou-se um Grupo de Trabalho de Territórios – GT Territórios, no qual estavam presentes, para além da equipe do Instituto Igarapé, técnicos de planejamento, monitoramento e gestão da Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD, técnicos do Núcleo de Prevenção Social da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG e membros da Cooperação Pernambuco - representantes da ONU Habitat e da UNODC.

A seleção dos territórios¹ foi realizada em duas etapas. A primeira referiu-se à escolha dos municípios prioritários, com base em informações de ocorrência de crimes violentos letais e intencionais – CVLI, tentativas de CVLI e crimes contra o patrimônio – CVP. Entretanto, para a elaboração de uma política efetiva de prevenção à violência, é preciso entender as particularidades de cada território e, para isso, o ideal é conseguir enxergar o território da forma mais desagregada possível.

Nesse sentido, um município se torna um território muito grande para uma política de prevenção. Por isso, para conseguir focar as intervenções em territórios menores e que precisam de mais atenção, foi necessário fazer uma seleção entre os bairros dos municípios selecionados. É nesse contexto que começam os desafios de dados, pois muitas informações produzidas só são possíveis de serem vistas agregadas por municípios. Quando se tenta desagregá-las para entender melhor a distribuição de violências e vulnerabilidades por bairro, perdem-se muitas informações simplesmente por não haver, no banco de dados, uma coluna referente ao bairro de ocorrência.

As informações sobre os territórios que serviram de base para as discussões no GT foram apresentadas através do Painel de Indicadores desenvolvido por meio da ferramenta PowerBi, que foi produzido com a intenção de ser um protótipo de Observatório de Prevenção. Para elaborar o painel, além das informações recebidas ao longo da participação do Instituto Igarapé neste projeto, foi possível utilizar:

¹ Nesse documento apresentaremos somente os principais aprendizados e pontos de atenção encontrados no projeto-piloto de produção e utilização de dados para definição de territórios. Se quiser saber mais sobre a metodologia utilizada para seleção dos territórios, consulte a nota técnica elaborada para esse fim.

1) Dados de CVLI, tentativa de CVLI, CVP e chamadas realizadas para a polícia militar registradas pelo CIODS, produzidos pela Secretaria de Defesa Social;

2) Dados de local de moradia das pessoas egressas do sistema prisional com baixa formação e desemprego, produzidos pelo Patronato da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos;

3) Informações sobre a localização de equipamentos públicos da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Adolescentes;

4) Dados sobre disparos de armas de fogo produzidas pelo Aplicativo Fogo Cruzado.

A forma como os dados da Secretaria da Mulher, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos são produzidos dificultam o entendimento das vulnerabilidades por bairros. Essas secretarias se organizam para conseguir visualizar as informações por equipamento ou por programas ofertados, o que traz desafios no momento de integrar as bases de dados por territórios.

Nesse caso, mesmo recebendo informações das diferentes secretarias apresentadas, não foi possível utilizar em tempo hábil boa parte delas para a primeira montagem do Painel de Indicadores. Será necessário um pouco mais de esforço para que todas as informações possam ser visualizadas por bairro e, assim, permitir que a SPVD entenda o problema da violência e criminalidade de uma forma mais sistêmica.

Outros dados que também precisam ser apresentados e que esbarram no desafio de desagregação por bairro são os dados socioeconômicos apresentados pelo Censo populacional e pelo CAD-Único. Nesses bancos existe muita informação sobre o perfil da população residente, o que torna possível entender como a violência impacta as diferentes parcelas da população. Como acontece com outras secretarias, os dados permitem ter uma

boa visualização por município, porém, quando busca-se desagregar a informação por bairro, boa parte delas é perdida.

Vale destacar que, para além de definir os territórios, outro desafio que se apresenta para a política de prevenção referente aos dados é conseguir utilizá-los para monitorar se as intervenções realizadas no território estão gerando resultados, especialmente em relação à redução da violência. Por esse motivo, a falta de produção de informações por bairro, impacta não somente a produção de diagnósticos mais adequados sobre as vulnerabilidades e os fatores de proteção, mas também dificulta uma avaliação de impacto das intervenções implementadas.

Assim, é prioritário que todos os setores que trabalham com dados no estado passem a entender a importância de produzir informações possíveis de serem visualizadas por bairro, como também a analisar suas informações a partir dessa ótica.

Para além do projeto-piloto, a etapa de diagnóstico sobre a maturidade da informação no estado, a construção de indicadores e o desenvolvimento do processo de governança do Observatório levantaram uma série de pontos de atenção que precisam ser levados em consideração. Na próxima seção, serão apresentados os principais pontos de intervenção do estado para que a implementação e a sustentabilidade do Observatório sejam possíveis.

Observatório de Prevenção Social ao Crime e à Violência: Pontos de Atenção

Durante o período de 12 meses em que o Instituto Igarapé atuou no estado de Pernambuco buscando entender os dados produzidos, a equipe disponível, e a utilização de dados a partir do projeto piloto, foi possível levantar questões-chaves que precisam

ser levadas em conta para a estruturação e sustentabilidade do Observatório de Prevenção Social à Violência e ao Crime. A seguir, serão apresentadas as principais frentes de intervenção que precisam ser consideradas pelo gestor:

1. Melhorar a captação e o registro de dados por bairro.

Todas as secretarias estaduais que têm interface com a política de prevenção à violência precisam ser sensibilizadas para produzir informações por bairro. Já existe em cada secretaria um núcleo próprio que atua com a gestão de territórios e faz a leitura sobre esses espaços, mas cada secretaria possui sua própria divisão territorial e essas diferentes divisões não conversam entre si.

todas as bases de dados e criar um banco de dados amplo voltado para subsidiar a política de prevenção à violência e à criminalidade. Essa informação permitirá ter melhores diagnósticos sobre os territórios, prever melhores intervenções, assim como permitirá avaliar as intervenções implementadas. Nessa frente, algumas atividades possíveis são:

a) Sensibilização dos técnicos que produzem dados para o registro correto das informações sobre território;

b) Análise e adequação as diferentes secretarias para criar territórios comuns e comunicáveis com as outras pastas.

2. Elaborar protocolos específicos para a alimentação, auditoria e limpeza das bases de dados.

A partir do trabalho voltado para entender como a informação já produzida poderia ser visualizada por bairros, também será necessário elaborar protocolos específicos no estado que versem sobre a alimentação dos bancos de dados, auditoria da informação produzida e limpeza dos bancos para garantir que as informações produzidas sejam mais confiáveis e que os limites de cada banco de dados sejam mais compreensíveis. Nessa frente, algumas atividades possíveis são:

a) Estruturação de um grupo de trabalho intersecretarias para melhoria dos bancos de dados e das informações referentes a vulnerabilidades e proteção do público da política de prevenção da violência;

b) Estruturação dos sistemas e fontes atuais dos registros para que as informações sobre território sejam cadastradas como dado estruturado (box com seleção de opções) e preferencialmente já integrado com as chaves utilizadas pelo Censo – IBGE.

3. Estabelecer procedimentos e protocolos de acesso, segurança, compartilhamento e transparência de dados.

O acesso a informações ainda é um grande problema dentro do próprio estado. As secretarias estaduais têm dificuldade de conseguir acessar informações produzidas por uma outra secretaria do próprio estado. Isso dificulta muito a possibilidade de elaboração de um diagnóstico intersetorial da violência, assim como cria barreiras para que haja o desenvolvimento de ações, projetos e programas integrados e articulados entre as diferentes áreas.

Por esse motivo, garantir que informações sensíveis não sejam expostas, mas, ao mesmo tempo, garantir que haja uma troca de informações para a estruturação de intervenções compartilhadas e eficaz de

prevenção é o primeiro passo para uma política integrada de prevenção à violência. Nessa frente, algumas atividades possíveis são:

a) Capacitação das equipes de dados para anonimizar as bases de dados existentes, sem que, com isso, se perca informações importantes para elaboração de políticas;

b) Estabelecimento de um protocolo único de acesso, segurança, compartilhamento e transparência assinado entre todas as secretarias estaduais.

4. Realizar formação e capacitação para equipe de produção de dados.

Durante o mapeamento da produção de informações nas diferentes secretarias do estado, para entender o que e como a informação é produzida, assim como durante as discussões no GT de Território, chamou atenção de como a equipe que atua com dados no estado possui uma capacitação insuficiente para a produção e análise das informações. Boa parte da equipe do estado que trabalha com dados não tem formação específica e nem experiência em atividades e soluções envolvendo programação, banco de dados e redes que poderiam facilitar a análise e gerenciamento de informações.

Nesse sentido, é fundamental estruturar ciclos de formação para capacitar a equipe que trabalha com dados de forma que a produção, organização e análise de informações sejam mais bem qualificadas. Nessa frente, alguns temas se destacam, como:

a) Como fazer uso de instrumentais e de ferramentas tecnológicas que possam melhorar a produção e análise de informações;

b) Como organizar as informações produzidas para elaborar diagnósticos sobre fatores de riscos e fatores de prevenção à violência e à criminalidade;

c) Como realizar a anonimização das bases de dados produzidas, criando códigos que permitem a integração entre diferentes bancos de dados;

d) Como utilizar as informações produzidas para elaborar diagnósticos sobre fatores de risco e proteção relacionados à violência e a criminalidade.

5. Garantir uma estrutura mínima para o funcionamento do Observatório e suas análises.

Para que o Observatório seja alimentado com frequência e possa ser consumido para a tomada de decisão, é necessário que seja garantida uma estrutura mínima de funcionamento. Nesse caso, é preciso que haja investimento em algumas frentes:

- a) Acesso à informação:** A secretaria responsável por alimentar o Observatório precisa ter acesso amplo e irrestrito aos dados de todas as secretarias que ajudem a entender os fatores de risco e proteção relacionados à violência e ao crime. Por isso, nesse caso é importante que a SEPLAG tome a frente desse processo e que não tenha dificuldades de acesso a qualquer dado;
- b) Equipe:** O Observatório precisa contar com uma equipe fixa voltada para duas finalidades: organizar e limpar as informações que alimentarão o observatório, assim como analisar as informações produzidas de forma a produzir novos diagnósticos e insights para os tomadores de decisão;
- c) Estrutura física:** Possuir ferramentas que facilitem o armazenamento, apresentação e análise das informações;
- d) Interlocução com as diferentes secretarias:** Ter uma estrutura de comunicação entre a equipe que atua diretamente no Observatório com a equipe de programas e projetos de todas as secretarias para que essas possam auxiliar na reflexão sobre as análises realizadas, assim como para que as informações produzidas sejam utilizadas para a construção de intervenções integradas e no monitoramento das estratégias de prevenção.

6. Produzir diagnósticos e análises territoriais mais complexos que auxiliem os tomadores de decisão.

O Observatório se fortalece à medida que as informações produzidas auxiliem na elaboração de diagnósticos e análises mais complexas sobre os fatores de risco e fatores de proteção presentes no estado. Como boa parte da informação será organizada, ter uma equipe capaz de responder às questões centrais nessa temática e que seja capaz de pensar em intervenções efetivas trará robustez à política de prevenção.

Além disso, precisa haver um espaço para que haja uma reflexão sobre as intervenções que estão sendo colocadas em prática e os resultados que elas geram, para verificar se o custo benefício está valendo a pena.

7. Formalizar um espaço institucional para o consumo recorrente das informações produzidas pelo Observatório.

Atualmente, o local ideal para consumir as informações produzidas com essas finalidades é a Câmara Técnica de Prevenção à Violência. Já existe uma discussão sobre os locais que precisam de intervenção, mas os dados utilizados para a reflexão são centrados nos

dados produzidos pela polícia. É urgente que esse espaço possa consumir informações mais amplas e que também seja um local para fortalecer as discussões geradas pela equipe de pesquisa do Observatório.

8. Melhorar a interface da prevenção com o sistema de gestão por resultados do Pacto pela Vida.

A atual sistema de governança do Pacto pela Vida e a política de prevenção à violência conversam muito pouco. A lógica de cobrança de ações feitas às organizações policiais não pode ser a mesma da política de prevenção. Por esse motivo, é urgente que haja uma reflexão

sobre o problema que se pretende enfrentar e as intervenções que estão sendo implementadas, elaborando indicadores focados em território que auxilie no monitoramento da política de prevenção a partir dos programas e ações que são ofertados.

9. Face pública do Observatório.

Embora o Observatório esteja sendo pensado para ser uma ferramenta intragoverno, é estratégico pensar em uma interface pública dessa ferramenta que seja utilizada para prestação de contas para sociedade quanto ao que está sendo implementado. O estado de Pernambuco inovou e é pioneiro na implementação de estratégias de prevenção à violência e poder comunicar isso à população é estratégico para criar um maior engajamento social.

Além disso, poder contar com auxílio de outros órgãos ligados a pesquisas e a universidades é uma forma de o estado ter acesso a estudos cada vez mais qualificados sobre os principais fatores de risco e proteção à violência e à criminalidade no estado. Para essa frente, algumas atividades podem ser colocadas em prática:

- a) Adequação do fornecimento de informações sobre crime, violência, fatores de risco e fatores de proteção aos parâmetros de transparência da Lei de Acesso a Informação;**
- b) Elaboração de editais abertos de pesquisa voltado às temáticas de interesse do estado a partir de dados do Observatório;**
- c) Criação de um boletim de acesso público sobre as análises periódicas ligadas a esta temática;**
- d) Realização de um seminário anual sobre como a produção de dados pode subsidiar a elaboração de políticas de prevenção mais eficazes;**
- e) Realização de hackaton de dados com estudantes e pesquisadores para propor ações de coleta, limpeza e tratamento dos dados com foco no território e usos de estatística para auxiliar em análises mais complexas.**

Vale destacar que a existência de uma interface pública do Observatório também é uma estratégia de sustentabilidade, uma vez que a sociedade civil, ao ter acesso e utilizar a ferramenta pode cobrar melhorias na mesma.

10. Formalizar a criação do Observatório de Prevenção Social à Violência e ao Crime.

Para fortalecer a sustentabilidade das atividades do Observatório, é importante que ele seja institucionalizado por meio de um decreto próprio que garanta uma estrutura mínima de funcionamento e também as atividades regulares.



A Cooperação Pernambuco foi desenvolvida pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-Habitat, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o Instituto Igarapé. Trata-se de esforço conjunto para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional dos crimes e das violências, assim como de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia. Seu objetivo é propor soluções e parcerias para desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, comunicação e influência em políticas públicas. O Instituto trabalha com governos, setor privado e sociedade civil para desenhar soluções baseadas em dados. Fomos premiados como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018 e melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br

Layout

Anatália Jacuru



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

UNODC
Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Parceiro Implementador



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO

